

A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO KANTIANA: EDUCAR PARA A LIBERDADE

1. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação da Unesp/Assis e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp/Marília.

Alonso Bezerra de Carvalho¹

Resumo: O texto pretende refletir sobre as ideias kantianas, destacando o aspecto crítico e esperançoso que, por meio da filosofia, a humanidade pode ser compreendida e edificada. Kant acredita que a liberdade humana é o elemento fundacional para construirmos uma sociedade justa, autônoma e esclarecida. Ele defende, como proposição primeira, a ideia de que todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim, por isso é categórico em dizer que o homem é a única criatura que precisa ser educada.

Palavras-chave: Educação. Homem. História. Liberdade. Esclarecimento.

INTRODUÇÃO

Kant é conhecido como um dos mais importantes filósofos do “século das luzes”, que define apropriadamente o significado filosófico, político, espiritual, religioso, cultural e histórico do espírito de sua época – o mundo moderno. Nascido no dia 22 de abril de 1724, na pequena cidade de Königsberg, antiga Prússia, onde foi professor catedrático, não casou e nem teve filhos. Embora de pequena estatura e físico frágil, era um homem extremamente metódico.

Tanto sintetiza e recupera ideias de pensadores anteriores a ele, como aponta caminhos e novos pensamentos que são elaborados depois dele. O universo espiritual de suas reflexões marcou todo um século, o século das luzes. Pensar sobre os limites e as possibilidades do conhecimento foi uma de suas maiores preocupações, colocando uma questão central: é possível conhecer? Outra preocupação era refletir sobre o problema da ação humana, ou seja, o problema moral. A essas duas grandes questões aliaram-se, no espírito de Kant, os problemas da apreciação estética e das formas de pensamento da biologia, cujas peculiaridades, em relação ao problema do conhecimento e da moral, articulou em uma visão sistemática das funções e dos produtos da razão humana. Todos esses problemas foram analisados por Kant em inúmeras obras.

Embora Kant seja mais conhecido ou divulgado pelos seus textos chamados críticos – *Crítica da Razão Pura* (1781), *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* (1785), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790) –, os seus estudos abrangem e representam uma importante contribuição na formulação de uma nova concepção de mundo e de homem. Autor de um conjunto de obras que vai da análise dos limites e das possibilidades da razão, passando pela moral, até chegar à estética. Neste capítulo, os textos, coincidentemente próximos nas datas e que terão uma análise mais dedicada serão: *Sobre a pedagogia*, que são as preleções de Kant ministradas, em 1776/77, 1783/84 e 1786/87, aos alunos de Pedagogia da Universidade de Königsberg; *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* que, escrito em 1784, “estabelece-se como o texto inaugural da filosofia da história alemã” (KANT, 1986, p. 7) e o texto *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* (KANT, 1974), também de 1784.

1. DA INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE À SOCIEDADE COSMOPOLITA

As reflexões kantianas sobre educação podem ser ancoradas em sua filosofia da história. No texto *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (KANT, 1986), Kant aborda o tema da filosofia da história. A história (*Geschichte*) é a das ações humanas, da manifestação do jogo da *liberdade da vontade humana* que, dotada de um curso regular, fornece um sentido àquilo que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais:

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para a sua realização (KANT, 1986, p.10).

Portanto, é na natureza que se deve procurar o sentido da ação humana. Seria infrutífero pressupor que houvesse nos homens e nos seus jogos um *propósito* racional próprio. Cumpra a quem queira compreender o homem, descobrir, no curso absurdo das coisas humanas, um propósito que possibilite uma história segundo um determinado plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio. Kant considera o homem como um ser dotado de potencialidades que podem e precisam ser desenvolvidas para a realização máxima de suas disposições originais que é o aperfeiçoamento cada vez maior da humanidade.

Ele defende, como proposição primeira, a ideia de que «todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim» (KANT, 1986, p.11). Isto quer dizer que há uma teleologia²

2. *Teleologia* é uma palavra de origem de dois termos gregos: *telos* (fim, finalidade, chegar a um fim previsto, pleno acabamento, o que deve ser realizado ou cumprido) e *logos* (palavra, o que se diz, faculdade de raciocinar, explicação, estudos, conhecimento de). Assim, ela significa o estudo e a reflexão filosófica dos fins, isto é, do propósito, objetivo ou finalidade.

na natureza que, se desconsiderada, causaria um jogo sem finalidade e, onde deveria existir uma racionalidade, encontraríamos uma profunda desordem. O *progresso* inerente à natureza – orientado para a sua perfeição – será melhor compreendido e desenvolvido quando encontramos as leis que a regulam, quando encontramos o fio condutor da razão.

Mas como essas disposições para a razão manifestam-se no homem? Faz-se necessário entender que, para Kant, o homem é a única criatura racional sobre a Terra e que esta disposição natural só poderá desenvolver-se no homem, não como indivíduo, mas sim como espécie. Considerar o homem como uma criatura dotada da faculdade racional favorece a prática educativa, porque permite a ampliação do uso de suas forças para além do instinto natural. As tentativas, os exercícios e os ensinamentos fazem progredir, aos poucos, de um grau de inteligência a outro, situação que no final conduzirá a espécie humana e «o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao propósito [da humanidade]» (KANT, 1986, p.11). A educação é, neste horizonte, o meio que vai favorecer esse progredir permanente. Portanto, o objetivo de todos os esforços educativos precisa ser o de se fazer cumprir o desenvolvimento das disposições naturais do homem – segundo um fim – que, se não cumprido, torna o jogo da natureza infantil e inútil.

Conhecer os desígnios da natureza, desenvolvê-los, é fazer com que o homem tire, inteiramente de si, tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal, dando as condições para que ele participe da realização do fim que lhe interessa. Por meio da própria razão, livre do instinto, edifique a existência humana no rumo da felicidade e da perfeição. A natureza dotou, não por acaso, o homem dessas potencialidades – a razão e a liberdade da vontade. Guiado por elas, ele é capaz de obter:

[...] meios de subsistência, de suas vestimentas, a conquista da segurança externa e da defesa (razão pela qual a natureza não lhe deu os chifres do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cachorro, mas somente mãos), todos os prazeres que podem tornar a vida agradável, mesmo sua perspicácia e prudência e até a bondade de sua vontade tiveram de ser inteiramente sua própria obra (KANT, 1986, p.12).

Elevar o homem ao seu grau máximo de perfeição pode ser, nestes termos, uma das atribuições da educação. A ela cumpre polir, esclarecer e que o homem possa, por seu trabalho, sair do estado de máxima rudeza em direção à máxima destreza e à perfeição do modo de pensar e, por conseguinte, à felicidade. Nesse caso, as gerações pretéritas têm como tarefa preparar às gerações futuras para:

[...] um degrau a partir do qual elas possam elevar mais o edifício que a natureza tem como propósito, e que somente as gerações posteriores devem ter a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados (certamente sem esse propósito) edificou, sem mesmo poder participar da felicidade que preparou (KANT, 1986, p.13).

As dificuldades sempre existirão, porém, elas fazem parte do processo que garantirá a construção de uma vida digna. A *sociedade cosmopolita* não está nem no início desse processo, por isso é preciso alertar para o fato de que há uma permanente tensão na realização das forças naturais. Os homens estão dotados da capacidade de se antagonizarem para o desenvolvimento de todas as suas disposições naturais. O antagonismo torna-se, ao fim, a causa de uma ordem regulada por leis. Kant chama-o de «a insociável sociabilidade», isto é, a inclinação dos homens «a entrar em sociedade», mas com a tendência de «uma oposição geral que ameaça constantemente dissolver essa sociedade» (1986, p. 13). A natureza semeou essa disposição no homem e fez dela o meio para que se cumpra a sua finalidade.

Temos no homem a tendência para *associar-se*, porque assim se sente mais como ser humano, entretanto, está disposto também a *separar-se* (isolar-se), querendo conduzir tudo em seu proveito, mesmo sabendo que terá oposição, o que o levará também a se opor :

[...] é esta resistência que desperta todas as forças do homem e o induz a vencer a inclinação para a preguiça e, movido pela ânsia de honras, do poder ou da posse, para obter uma posição entre os seus congêneres, que ele não pode suportar, mas de que também não pode prescindir (KANT, 1995, p.26).

Vemos, com isso, as bases que retirarão o homem de seu estado selvagem e o conduzirão ao estado de cultura (*Kultur*), desenvolvendo os seus talentos, formando os seus gostos, através de um iluminar-se progressivo. Fundando um modo de pensar, que pode transformar as grosseiras e toscas disposições naturais em princípios práticos determinados, garante-se o discernimento *moral* na sociedade.

A *insociável sociabilidade* é o meio que faz com que os homens não fiquem restritos às suas pretensões egoístas ou em uma perfeita concórdia, mas proporciona-lhes sair de seu estado de rudeza, em vista de seu fim como natureza racional. A vaidade, a inveja e o desejo de ter e de dominar:

[...] sem eles todas as excelentes disposições naturais da humanidade permaneceriam sem desenvolvimento num sono eterno. O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia. Ele quer viver cômoda e prazerosamente, mas a natureza quer que ele abandone a indolência e o contentamento ocioso e lance-se ao trabalho e à fadiga, de modo a conseguir os meios que ao fim o livrem inteligentemente dos últimos (KANT, 1986, p.14).

Essa conduta é uma das condições para o homem elevar-se a um valor mais alto do que os animais, impelindo-o a uma tensão renovada das forças e a um maior desenvolvimento das disposições naturais.

Kant postula a ideia de se constituir uma sociedade cosmopolita, perfeita e feliz. Os germes, dispostos na natureza humana, devem ser desenvolvidos de tal maneira que proporcionem “alcançar *uma sociedade civil* que administre o direito”, uma sociedade onde haja o resguardo dos limites da liberdade entre os seus membros, fundado em um poder irresistível, ou seja, numa *constituição civil* perfeitamente *justa*. A necessidade maior para que a espécie humana atinja o seu fim é entrar neste estado de coerção. Se a insociabilidade gera “toda cultura e toda arte que ornamentam a humanidade”, por outro lado, ela dá as condições para a instauração da disciplina que vai garantir “a mais bela ordem social”. Para Kant, a busca de um sociedade melhor e perfeita³ deve ser como as das árvores em um bosque que, “[...] procurando roubar uma às outras o ar e o sol, impelem-se a buscá-los acima de si e, desse modo, obtêm um crescimento belo e aprumado, as que, ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos a seu bel prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas” (1986, p.15).

Temos no homem duas instâncias que precisam se tornar *harmônicas*. De um lado, está a propensão ao egoísmo, à selvageria que, se perdurar, destrói qualquer possibilidade de formação de uma sociedade livre e perfeita. Mas há no homem, também, quando vive entre outros de sua espécie, o desejo e a necessidade de um senhor de normas que regularão as suas ações. O homem, sendo um animal racional, ao mesmo tempo que “abusa de sua liberdade relativamente a seus semelhantes”, deseja, como criatura racional, uma lei que limite a liberdade de todos, um senhor a fim de disciplinar sua tendência animal para o egoísmo. “Ele tem necessidade de um *senhor* que quebre sua vontade particular e o obrigue a obedecer à vontade universalmente válida, de modo que todos possam ser livres” (KANT, 1986, p.15-6). Todavia, Kant não tem muita esperança de que encontremos esse senhor – “a mais difícil das tarefas” – na espécie humana, mesmo porque “de uma madeira tão retorcida, da qual o homem é feito, não se pode fazer nada reto”, mas é nela que devemos buscá-lo. Esse *senhor* – a constituição civil perfeita – , *justo por si mesmo*, sem deixar de ser um homem, edificar-se-á, se tivermos em linha de conta a sua virtualidade, como uma “missão da natureza” que, para se desenvolver, precisa ser cultivada. Para tanto, não basta termos apenas “conceitos exatos da natureza de uma constituição possível”, mas é necessário também “uma grande experiência adquirida através dos acontecimentos do mundo e, acima de tudo, uma *boa vontade* predisposta a aceitar essa constituição” (KANT, 1986, p.16). Portanto, o “belo sonho” de uma sociedade cosmopolita será obra do próprio homem.

3. No texto *Sobre a Pedagogia* encontramos a mesma metáfora, situando-a no contexto da educação: “uma árvore que permanece isolada no meio do campo não cresce direito e expande longos galhos; pelo contrário, aquela que cresce no meio da floresta cresce ereta por causa da resistência que lhe opõem as outras árvores, e, assim, busca por cima o ar e o sol” (KANT, 1996, p.24). O indivíduo não é um ser isolado, mas vive melhor se viver em sociedade, em relações interindividuais. Por isso, a resistência é algo positivo. O antagonismo é o melhor meio para o desenvolvimento da natureza racional da espécie humana. Justifica-se, então, a existência da disciplina. Resistir, sofrer resistência, ser disciplinado leva o homem a reduzir o jogo das paixões, favorecendo a formação de um sujeito possuidor de um discernimento moral para viver em sociedade, ou melhor, edificar uma sociedade civil perfeita.

Entretanto, é bom salientar que esse progresso da humanidade, tendo em vista a realização de sua destinação, está ainda para ser efetivado. Kant indica que é preciso antes ter consciência dele. A história da espécie humana deve ser considerada, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política que, se realmente concretizada, garantirá “o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade, todas as suas disposições” (KANT, 1986, p.20). A ideia de progresso é fundamental aqui. Ela esclarece aquilo que Kant não perde de vista: que há um curso nos propósitos da natureza que podemos conhecer, tal como há um “curso do nosso sol junto com todo o cortejo de seus satélites no grande sistema de estrelas fixas”. Dotados que estamos de uma disposição racional, jamais podemos ser indiferentes em relação ao “advento de uma era feliz para os nossos descendentes”. Preservar e ampliar a liberdade civil⁴ é a conduta correta para se fazer cumprir a finalidade da natureza :

4. No texto sobre o esclarecimento, que veremos a seguir, Kant aborda o tema da liberdade civil, inserindo-o num estranho paradoxo, encontrado em outros textos. Vejamos: “um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para liberdade de espírito do povo e no entanto estabelece para ela limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa” (KANT, 1974 , p.114). As ações humanas são constituídas pela diminuição das restrições *impeditivas* em direção ao esclarecimento, mas também pelo aumento das restrições que lhe são *propícias*.

Se se impede o cidadão de procurar seu bem-estar por todas as formas que lhe agradem, desde que possam coexistir com a liberdade dos outros, tolhe-se assim a vitalidade da atividade geral e, com isso, de novo, as forças do todo (KANT,1986, p.21).

Assim, a instauração de uma constituição política perfeita interior e exteriormente – um Estado – é um dos caminhos que a espécie humana deve trilhar para desenvolver o que lhe destina a natureza, que é elevá-la ao mundo esclarecido.

Embora o estágio de aperfeiçoamento moral do mundo esteja distante, não se pode perder

[...] a esperança de que, depois de várias revoluções e transformações, finalmente poderá ser realizado um dia aquilo que a natureza tem como propósito supremo, um *estado cosmopolita universal*, como seio no qual podem se desenvolver todas as disposições originais da espécie humana (KANT, 1986, p.21-2).

A tentativa kantiana é, portanto, de estabelecer uma filosofia da história que se funda na ideia de descobrir no mundo um curso regular, um germe de Esclarecimento que nos prepare para um grau mais elevado de aperfeiçoamento. Esse processo abriria

[...] uma perspectiva consoladora para o futuro, na qual a espécie humana será representada num porvir distante em que ela se elevará finalmente

por seu trabalho a um estado no qual todos os germes que a natureza nela colocou poderão desenvolver-se plenamente e sua destinação aqui na Terra ser preenchida (KANT, 1986, p.23).

Talvez, a educação possa dar uma mãozinha para isso, é justamente o que Kant aponta no texto que analisaremos a seguir.

2. O HOMEM EDUCADO

O texto, *Sobre a pedagogia*, começa com uma afirmação categórica: “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 1996. p.11). Nessa ideia, constatamos aquilo que tem preocupado grande parte dos filósofos, isto é, o caráter racional da espécie humana, em detrimento da irracionalidade e selvageria dos animais.

Para desenvolver a sua ideia, Kant afirma que, por educação, devemos entender : tanto os cuidados para com a infância – a conservação, constituída pelas “precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças” (1996, p.11), e a alimentação – ; como também a disciplina e; por fim, a formação e a instrução. Essas três potencialidades presentes nos homens os diferenciam dos animais. Os cuidados não fazem parte da ação animal – a força despendida serve apenas para que não prejudiquem a si mesmos. O mesmo acontece quanto à disciplina. Se, para os homens, ela representa o meio que o impede de desviar-se do seu destino, de sua humanidade, para os animais, ela é desnecessária, pois eles são possuídos de instintos e, por isso, já são “tudo aquilo que [podem] ser”. No homem, a disciplina é puramente negativa e necessária, pois tira dele a selvageria, em direção à humanidade. Afirma Kant:

[...] a disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força[coerção] das próprias leis. Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos (...). Assim, é preciso acostumá-lo logo a submeter-se aos preceitos da razão (KANT, 1996. p.12-3).

A instrução, por sua vez, é a parte positiva da educação. Ela vai garantir à espécie humana o cumprimento de sua finalidade, que é chegar a um estado melhor no futuro. É preciso cuidar da disciplina e da instrução para que, se descuidadas, não permitam aos homens continuarem no estado de brutalidade e selvageria.

Portanto, a perfeição da natureza humana é a finalidade que cada geração deve deixar como herança para as gerações futuras. A educação atual *deve ser* de tal maneira que possa proporcionar o aperfeiçoamento da humanidade. “É entusiasmante pensar que a natureza

humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação”, abrindo a possibilidade “para uma futura felicidade da espécie humana”(KANT, 1996, p.17). Esse é o “*belo sonho*” posto pelo iluminismo kantiano. E, como diz ele, não é porque não conseguimos realizá-lo que não podemos concebê-lo como uma “Ideia”. “Uma Ideia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência...[Assim], a Ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente” (KANT,1996, p.17). Essa passagem indica que Kant concebe uma filosofia da educação ou, como ele próprio denomina, uma “*teoria da educação*”.

Na filosofia da educação kantiana, bem como na filosofia da história, como vimos, toma-se como pressuposto a existência de um *sentido* para a espécie humana – um sentido teleológico. A natureza dispôs nos homens sementes de humanidade e nestas estão contidas o seu destino. Cabe à educação cultivar essas sementes para que se desenvolvam bem e deem bons frutos. Se os animais cumprem o seu destino espontaneamente e sem o saber, o homem, por sua vez, não é obrigado a tentar consegui-lo sem antes ter dele um conceito. Isto quer dizer que “o indivíduo humano não pode cumprir por si só esta destinação, esta finalidade, pois, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana” (KANT, 1996, p.19).

Os limites dos animais e as possibilidades dos homens marcam o Iluminismo. Nele, temos presentes o desejo e a crença nos poderes da razão. Essas disposições racionais, presentes no homem, possibilitam que ele faça da educação uma arte, ou seja, uma atividade criadora, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Assim, o melhoramento da espécie humana, o seu aperfeiçoamento pela educação, em direção ao bem, depende, para se desenvolver, do próprio homem. Como afirma Kant, as disposições para o bem não estão prontas, nem se desenvolvem por si mesmas – a felicidade ou a infelicidade humana dependem do próprio homem, cabe a ele desenvolvê-las. “Tornar-se melhor, educar-se e, se se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem [...]. A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens” (KANT, 1996, p.20).

A responsabilidade pela educação, atribuída ao homem, decorre das consequências maléficas ou benéficas que podem provocar na vida das gerações futuras. Esta dimensão ética do processo educativo significa que os conhecimentos produzidos pela espécie humana devem ter como finalidade, não apenas garantir, como também desenvolver as disposições naturais do homem para a razão e para a liberdade. Portanto, a arte de educar – o processo educativo, o ato pedagógico – e o seu desenvolvimento, não podem ser mecânicos, mas baseados numa conduta racional, tornando necessário um plano que ordene a ação. “É preciso colocar a ciência em lugar do mecanicismo, no que tange à arte da educação; de outro modo, esta não se tornará jamais um esforço coerente; e uma geração poderia destruir tudo o que uma outra anterior teria edificado” (KANT, 1996, p.22).

Na filosofia da educação kantiana também se tem como proposta e como fundamento a ideia de progresso – a educação deve ter como princípio superar o estado presente. De nada valeria educar permanecendo-se nos limites das condutas do homem atual. É preciso vislumbrar um estado melhor de vida para a humanidade, no futuro. Se o mundo é corrupto ou mentiroso, necessita-se formular um conceito e uma prática educativa que ultrapassem esse estado de coisas. Conforme Kant, “o estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita” (KANT, 1996, p. 23). Isto significa que o estado melhor, no futuro, que a educação deve criar tem como finalidade o bem geral e a perfeição da humanidade. Uma boa educação é aquela que desenvolve em toda sua plenitude os germes que estão depositados no homem pela natureza ou, como segundo Kant, pela Providência. “Não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza a normas. No homem não há germes [sementes], senão para o bem” (KANT, 1996, p. 24).

À educação cabe desenvolver as sementes do bem, ao ato pedagógico incumbe estar de acordo com a finalidade da natureza, que é “cuidar do desenvolvimento da humanidade” (1996, p. 26). Para a realização desse objetivo, cumpre ao homem ser disciplinado, que consiste em domar a selvageria; tornar-se culto, isto é, estar de posse de capacidade, de habilidades – ler, escrever, ser músico – condizentes com todos os fins que se almejam; ser prudente, que se acomode à sociedade humana, se torne popular e tenha influência; que seja civilizado, não se servindo dos outros homens apenas para os seus fins e, finalmente, que cuide da moralização, ou seja, que somente escolha fins autenticamente bons e universais.

Essas ideias só se concretizarão quando abandonarmos a conduta que faz com que as crianças, ao invés de pensar, sejam treinadas, como se isso fosse o suficiente. Deveríamos, de antemão, conceber que o homem é um sujeito moral e a moralidade não pode estar dissociada da liberdade. Por isso, é “importante ensinar às crianças a odiar o vício por virtude, não pela simples razão de que Deus o proibiu, mas porque é desprezível por si mesmo” (KANT, 1996, p.28). Ao nos comportarmos assim, superamos o estado de menoridade ao qual estávamos submetidos.

Na filosofia da educação de Kant, a natureza humana não é algo dado, mas está nas mãos dos homens criá-la, formá-la e transformá-la. O homem é o único responsável. Luc Vicenti destaca que, nesse caso, “a educação afirma-se como o lugar desse nascimento do homem, nascimento pelo qual só o homem pode ser considerado responsável” (1994, p.11). Só podemos fazer os homens felizes se os tornamos morais e sábios. Vê-se, então, que, em uma primeira etapa, exige-se do educando um comportamento passivo, obediente, mecânico, por meio dos cuidados que a ele são dispensados e, em um segundo momento, é necessário criar as condições que lhe permitam usar a sua reflexão e a sua liberdade, desde que as submeta a certas regras que são racionais. E, aqui, surge uma questão fundamental: como conciliar a submissão ao constrangimento das leis (regras) com o exercício da liberdade? Se o constrangimento é necessário, como cultivar a liberdade?

Para responder a essas indagações, Kant constrói três regras: a primeira, considera que é preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos, com a condição de não impedir a liberdade dos outros; a segunda, afirma que devemos mostrar à criança que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios e, a terceira, contempla a ideia de que é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem sua liberdade – que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem. Portanto, a liberdade é o fim, mas também o meio para o desenvolvimento do saber do sujeito moral. A liberdade é pressuposto para se atingir a liberdade. Mas, para isso,

[...] é preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem esta condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade – [viva numa insociável sociabilidade], para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente (KANT, 1996, p.34).

A criança tem que se saber livre, para agir livremente. Essa é a educação denominada por Kant de prática, ao contrário da física, que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal.

O desenvolvimento do homem, que podemos entender por educação prática ou moral, consiste em viver como um ser livre, tendo em vista a sua personalidade, mas não apenas bastando-se a si mesmo, antes se constituindo como membro da sociedade. Isto significa que o fundamental da educação proposta por Kant é que ela tenha em vista a moralidade que se refere ao caráter e “se se quer formar um bom caráter, é preciso antes domar as paixões” (KANT, 1996, p.92). O sujeito moral é aquele que sabe moderar as suas inclinações, as suas tendências, suportando e acostumando-se a suportar, a recusar, a resistir a elas, não as deixando se tornarem paixões. Para a efetivação dessa conduta, cumpre ao educando aprender, mas não em quantidade apenas, também com profundidade. “Vale mais saber pouco, mas sabê-lo bem, que saber muito, superficialmente” (KANT, 1996, p.93). Portanto, uma ação tenderá a ter mais sucesso e ser boa se estivermos dotados de um conhecimento sólido.

Ademais, o caráter “consiste na resolução firme de querer fazer algo e colocá-lo realmente em prática (...), pois um homem que toma uma decisão e não a cumpre, não pode ter confiança em si mesmo” (KANT, 1996, p.93-4). Para que as crianças, por exemplo, não adiem o cumprimento dos seus propósitos, mas solidifiquem o seu caráter moral, é preciso ensinar-lhes da melhor maneira, através de exemplos e com regras, os deveres a cumprir. A educação, edificada nesse princípio, deve garantir, não a satisfação de desejos e inclinações,

mas o comedimento e a sobriedade, o que vai propiciar certa dignidade interior, fazendo do homem a criatura mais nobre de todas. Portanto, as crianças têm, primeiramente, deveres para consigo mesmas. A embriaguez, o vício e a intemperança colocam os homens abaixo dos animais. Em uma educação moral, a dignidade humana deve estar em primeiro plano – que o homem preserve a dignidade humana em sua própria pessoa. Devemos “fazer a criança perceber a dignidade humana em sua própria pessoa (...), [pois] a mentira torna o homem um ser digno do desprezo geral e é um meio de tirar a estima e a credibilidade que cada um deve a si mesmo” (KANT, 1996, p.96).

Vê-se, então, que a dignidade humana parte da educação do homem e está nas suas próprias mãos. Isso, de certa forma, representa os ideais do Iluminismo. A formação do caráter é um ato de liberdade. Cabe ao homem – sujeito moral – usá-la bem. Isto é feito, quando o homem coloca diante de si a ideia de humanidade e, adotando-a como modelo, pode criticar a si mesmo.

Todavia, o homem não é, apenas, indivíduo. Os deveres postos não são somente para o homem individual cumprir. Há, também, os “deveres para com os demais”. Por isso, vamos encontrar em Kant a ideia de que “deve-se inculcar desde cedo nas crianças o respeito e atenção aos direitos humanos e procurar assiduamente que os ponha em prática” (KANT, 1996, p.96). Ao conduzir o homem a agir desse modo, estaremos concretizando, em sua totalidade, a ideia de humanidade. Deixamos de ser seres cruéis, ambiciosos e ávidos de prazeres, para nos dedicarmos exclusivamente ao ideal maior que é construir a perfeição da natureza humana, em direção a um mundo melhor no futuro, enfim, a sociedade cosmopolita.

No caráter do sujeito moral, que a educação pode e deve gerar, inveja, mentira, soberba, arrogância etc. devem ser afastadas. Na educação, tudo depende de que sejam estabelecidos bons princípios e estes sejam compreendidos e aceitos pelas crianças. O homem não é bom e nem mau por natureza, por isso, a sua moralidade é algo deliberado, fruto da autonomia. Torna-se moral, apenas, quando eleva a sua razão até aos conceitos do dever e da lei. A razão é a instância que impulsiona o homem em direção às virtudes, em detrimento das tendências, inclinações ao vício que, originariamente, ele traz em si. O homem torna-se desprezível a seus próprios olhos quando cai no vício, fato que faz necessário ensinar às crianças, ou seja, o respeito à lei que têm dentro de si:

As crianças, mesmo não tendo ainda o conceito abstrato do dever, da obrigação, da conduta boa ou má, entendem que há uma lei do dever e que esta não deve ser determinada pelo prazer, pelo útil ou semelhante, mas por algo universal que não se guia conforme os caprichos humanos (KANT, 1996, p.104-5).

Porém, se ainda não entendem a existência dessa lei, cabe à educação trazê-la à luz. Para tanto, a educação deve ser iluminista, tornando o homem digno de felicidade.

Ao orientar o educando para a humanidade no trato com os outros, isto é, para os sentimentos cosmopolitas, convém também orientá-lo a dar pouco valor ao gozo dos prazeres da vida. Com isso, podemos concluir que, a partir da filosofia da educação kantiana, o ato pedagógico deve garantir que os interesses do homem estejam voltados para si próprio, àqueles que o cercam e, enfim, ao bem universal. Essa educação é que pode levar a humanidade a um estágio de Esclarecimento.

3. O HOMEM ESCLARECIDO

Mas o que é o esclarecimento? Essa pergunta chama a atenção Kant, “é quase tão importante como [a pergunta] ‘que é a verdade?’”⁵ (KANT, 1974, p.100). Com ela, Kant pretende responder e interpretar o espírito de sua época. Como homem do século XVIII, ele é *otimista* e confia no poder da luz natural – da razão –, contra todas as formas de obscurantismo, de magia. Tem algo a esconder quem quer permanecer nas trevas, fugindo da claridade. O valor de uma ação, de uma ideia, está em se colocar às claras, ao público, ao aberto. Garantir e promover o esclarecimento é condição para o aperfeiçoamento moral do mundo.

5. Segundo Foucault, Kant teria fundado as duas grandes tradições críticas que dividiram a filosofia moderna. Se em sua obra crítica, Kant coloca “a questão das condições sob as quais um conhecimento verdadeiro é possível”, desenvolvendo-se como a analítica da verdade, por outro lado, coloca, justamente na pergunta: “o que é o esclarecimento?”, a questão sobre o que é a nossa atualidade, pois trata daquilo que se poderia chamar uma “*ontologia do presente*”, o que somos nós como nós mesmos (FOUCAULT, 1984, p.111-2).

A discussão de Kant é movida por um interesse apologético. Há, de fato, uma defesa e uma crença no poder da razão que, apesar de seus limites, possibilitará a constituição de uma conduta baseada na liberdade e na crítica.

O primeiro parágrafo do artigo, já bastante conhecido, dá-nos a definição do que vem a ser o esclarecimento:

[...] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 1974, p.100).

O sentido e a função do conceito, agora definido, fundamentam-se em seu caráter universal. Kant não está descrevendo a materialização do que é o esclarecimento, mas a transcendentalidade da ideia que pretende investigar. *O esclarecimento é um projeto*. Sair da menoridade, ter a decisão e a coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem e fazer uso de seu próprio entendimento, é uma definição transcendental de esclarecimento que, como fim em si mesma, “não está a serviço de nenhum outro interesse em nome do qual

pudesse ser desviada de sua destinação própria. É a causa comum da humanidade no seu todo”. É universal (Cf., TORRES FILHO, 1987, p.97-8). Esta Ideia, sustentada na definição de Kant, pode ser melhor compreendida se a traduzirmos como a passagem da heteronomia à autonomia, obtida através da própria autonomia. Notadamente, está em questão o tema da liberdade, sobretudo na expressão *sapere aude* que traduzida do latim significa *ousai saber*, isto é, tenha a audácia de pensar e de agir livremente.

Como não pensar na educação diante do exposto? Pois, como vimos, para Kant a educação tem um caráter ético, ou seja, o de elevar o homem, seja como indivíduo, seja como espécie humana, à maioridade, sob a forma da Humanidade. A ideia de Humanidade atua como um ideal regulativo – uma definição transcendental –, como o Bem, que deve servir de referência última ao processo educativo, bem como ao projeto esclarecedor. Para a realização desse Bem, da destinação última do homem, é preciso, aos poucos, desenvolver suas disposições naturais para a razão e a liberdade, papel que uma educação esclarecida pode e deve efetivar. Mas por que os homens ainda vivem na menoridade? Por que as promessas do iluminismo ainda não se realizaram completamente?

Na *síntese* introdutória do conceito de esclarecimento, Kant afirma que “o homem é o próprio culpado” de sua menoridade. Causas como a preguiça e a covardia fazem com que grande parte dos homens prefira estar submetida e tutelada por outros, a enfrentar os perigos e as dificuldades advindas caso optem pelo pensamento livre. Os preceitos e as fórmulas⁶, instrumentos *mecânicos* do uso racional, são aceitos como uma segunda natureza, tornando-se “grilhões de uma perpétua menoridade” (KANT, 1974, p.102). A falta de ousadia leva os homens ao embrutecimento, inclusive a criarem amor à menoridade, acreditando que são incapazes de utilizarem seu próprio entendimento e empreenderem uma marcha segura em direção à liberdade. Todavia, esses fatos – psicológicos e antropológicos – não impedem e nem modificam a *ideia* de um mundo esclarecido. “Mesmo dentro dessas determinações capazes de restringi-lo *de fato*, [o esclarecimento] se afirma plenamente *de direito*” (TORRES FILHO, 1987, p. 97-8).

6. Para Kant, a nossa destinação racional é ser livre. Esse é nosso dever. Marilena Chauí, comentando Kant, afirma que “o dever não se apresenta através de um conjunto de conteúdos fixos, que definiriam a essência de cada virtude e diriam que atos deveriam ser praticados e evitados em cada circunstâncias de nossas vidas. O dever não é um catálogo de virtudes nem uma lista de ‘faça isto’ e ‘não faça aquilo’. O dever é uma **forma** que deve valer para toda e qualquer ação moral” (CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*, São Paulo, Ática, 2003).

A conquista da autonomia pela própria autonomia requer, para realizar-se, a liberdade. E a liberdade que aqui se exige é “a de fazer um *uso público* de sua razão”, e só esta pode favorecer o esclarecimento entre os homens. Porém, o que se vê por toda parte, segundo Kant, é a limitação da liberdade; o que mais se ouve é: *não raciocineis, mas obedecei!* Portanto, é preciso revogar esse preceito, sobretudo a primeira parte, para que o *sapere aude* se instale e o que é *de direito* tenha vigência, pois não é verdade que o esclarecimento poria em risco a ordem instituída, como advogavam alguns, dizendo que ele seria um pretexto para a subversão e para a anarquia.

Entretanto, é com a distinção entre uso público e uso privado da razão que Kant assenta e aprofunda a sua definição de esclarecimento. Ele entende por uso público da razão “aquele que qualquer homem, enquanto **sábio** (*Gelehrte*), faz diante do grande público do **mundo letrado**”, e uso privado “aquele que o sábio pode fazer em um certo cargo público ou função a ele confiado” (KANT, 1974, p.104). Enquanto exerce uma função privada – seja como cientista, oficial, sacerdote ou professor –, o indivíduo deve agir como peça de uma engrenagem e “comportar-se de modo exclusivamente passivo”, não raciocinar, mas obedecer. Porém, quando esse mesmo indivíduo dirige-se “à sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo”, a um público *de direito*, isto é, transcendental, não deverá sofrer restrição e limitação alguma. A citação a seguir clarifica melhor a argumentação. Conforme Kant:

o uso que um professor empregado faz de sua razão diante de sua comunidade é unicamente um *uso privado*, porque é sempre um uso doméstico, por grande que seja a assembleia. Com relação a esse uso ele, enquanto padre, não é livre nem tem o direito de sê-lo, porque executa uma incumbência estranha [alheia]. Já como sábio [cientista], ao contrário, que por meio de suas obras fala para o verdadeiro público, isto é, o mundo, o sacerdote, no *uso público* de sua razão, goza de ilimitada liberdade de fazer uso de sua própria razão e de falar em seu próprio nome (KANT, 1974, p.108).

Com esta distinção, é digno de reconhecimento o vigor do “*raciocinai*, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes”, quando uso a razão publicamente, porém, sem danos à vigência do “obedecei”, preservado no seu uso na ordem privada.

A diferença de natureza do uso da razão substitui a noção psicológica e antropológica de restrição, que estaria na ordem do empírico, pela noção transcendental de limite. Este para Torres Filho é sinônimo de

[...] circunscrição de território. Resultado: duas jurisdições que – como entre o sensível e o supra-sensível – poderão incidir sobre o mesmo sujeito, sem entrar em conflito entre si. Limite que permite pronunciar, sem paradoxo ou cinismo, a voz de comando: ‘raciocinai livremente, *mas obedecei!*’ (1987, p.98).

Com a passagem da fórmula “não raciocineis, mas obedecei” para o “raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei”, Kant aponta para a uma questão importante, sobretudo olhando para o seu tempo: “vivemos agora em uma época esclarecida?” Esta pergunta tem os seus antecedentes na ideia defendida por ele de que “[...] seria um crime contra a natureza humana [...] uma época [...] colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar seus conhecimentos, purificar-se dos erros e avançar no caminho do esclarecimento” (KANT, 1974, p.108-9), pois, a determinação original da natureza humana consiste em *progredir* na direção de uma sociedade racional e livre. Os homens

podem até adiar o esclarecimento, mas renunciar jamais, pois se o fizerem estarão ferindo o sagrado direito da humanidade de se tornar cada vez mais perfeita.

A pergunta posta por Kant – vivemos em uma época esclarecida? – assinala a sua preocupação em encontrar as condições que garantam o limite do uso da razão. É preciso procurar e criar essas condições, pois ainda não “vivemos uma época [esclarecida]. Falta muito para que os homens [...] sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento”. Porém, as condições atuais, pelo menos no momento em que o artigo estava sendo escrito, fornecem claros indícios de que a fórmula “raciocina livremente, mas obedecei” pode ser experienciada. Frederico⁷ é o “único senhor” capaz de realizar esse projeto, pois

[...] um príncipe que não acha indigno de si dizer que considera um *dever* não prescrever nada aos homens em matéria religiosa, mas deixar-lhes em tal assunto plena liberdade [...], é realmente esclarecido e merece ser louvado [...] como aquele que pela primeira vez libertou o gênero humano da menoridade (KANT, 1987, p.112).

7. Trata-se de Frederico II (1712-1781), Rei da Prússia. Considerado um exemplo de déspota esclarecido, era também conhecido como um amante da música, arte e literatura francesa. Entendia que a liberdade do cidadão nada mais era do que o cumprimento das ordens do Estado. Para ele, o objetivo do governo era o bem comum, a preocupação com os interesses, a felicidade e o bem estar do povo.

Então, quer dizer que uma determinação empírica seria a condição do conceito transcendental de esclarecimento?

Para Kant, a relação entre a definição transcendental de um conceito e suas determinações psicológicas ou antropológicas não é “paradoxal”, “estranha” ou “inesperada”. Se considerarmos a existência de uma sábia disposição da natureza na marcha das coisas humanas e se tomarmos o conceito, não como uma descrição de um fato, mas como uma formulação normativa de uma tendência racional, compreenderemos que os fatos – o despotismo esclarecido de Frederico –, ao invés de contradizer, na verdade estariam trabalhando arditamente no desenvolvimento daquilo que a natureza possui em germe.

Portanto, o preceito “raciocina livremente, mas obedecei” é sinal do desenvolvimento dos germes da natureza, pois “um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de *espírito* do povo”, mesmo colocando a esta limites intransponíveis. Entretanto, é com um grau menor de liberdade que será criado o espaço para ela se alargar e, assim garantir a emancipação do homem. A sabedoria da natureza está em desenvolver o germe que delicadamente cuida, apesar do duro invólucro que o envolve, o obedecei. A natureza atua *lenta e progressivamente* sobre o modo de sentir do povo e sobre os princípios de *governo* para desenvolver a tendência e a vocação para o *pensamento livre* (KANT, 1974, p.114-5).

Essa capacidade de um público “agir de acordo com a liberdade”, em direção ao esclarecimento, não se dará através de uma revolução. A verdadeira reforma do modo de pensar se efetivará, lentamente, quando a liberdade civil aliar-se à liberdade de pensar e o homem for

tratado, não como uma *máquina*, mas segundo a sua dignidade, saindo da heteronomia em direção à autonomia. E é com Frederico – símbolo do “raciocinai livremente, mas obedecei” – que o campo se abre para a saída dos homens de sua menoridade, da qual são culpados, campo onde as sementes de liberdade podem fecundar. Assim, não há o que temer – o esclarecimento não deseja subverter ordem alguma.

Foucault considera que a novidade que emerge do artigo de Kant é o desejo de encontrar um elemento do presente, da atualidade, do agora, que seja portador e signo de um processo que diz respeito à filosofia, ao conhecimento e ao pensamento. No texto sobre o esclarecimento, vê-se a filosofia problematizar a sua atualidade discursiva, o seu sentido, o seu valor e a sua singularidade. Essa problematização refere-se, não a uma doutrina ou a uma tradição filosófica, mas à pertinência do próprio filósofo a uma época, a uma comunidade humana, a um nós. “É este nós que está se tornando para o filósofo o objeto de sua própria reflexão”, o que caracteriza esta última como discurso da modernidade e sobre a modernidade (FOUCAULT, 1984, p.104-5)

Portanto, Kant é partidário da ideia de que há um progresso moral da humanidade. A singularidade do esclarecimento está em ser o acontecimento que representa aquele valor, aquele *signo* que poderá contribuir na compreensão da nossa atualidade e proporcionar as condições para que o gênero humano encontre-se em constante progresso em direção ao melhor. Enfim, o esclarecimento além de um signo é também uma disposição permanente que, por toda história, guia os homens no caminho do progresso, levando-os a sair da menoridade, à construção de uma sociedade cosmopolita e ao aperfeiçoamento da natureza humana, que nos levará à felicidade.

REFERÊNCIAS



FOUCAULT, M. **O que é o Iluminismo**. In: ESCOBAR, Carlos Henrique(org.). *Michel Foucault (1926-1984): o Dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro : Taurus Editora, 1984.

KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa : Edições 70, 1995.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba : UNIMEP, 1996.

. **Textos Seletos**. Petrópolis : Vozes, 1974.

TORRES FILHO, R. R. **Ensaio de filosofia ilustrada**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

VICENTI, Luc. **Educação e Liberdade: Kant e Fichte**. São Paulo : Editora UNESP, 1994.

EXERCÍCIOS

I - Questões dissertativas sobre o conteúdo desenvolvido:

1. O que significa dizer, para Kant, que o homem é a única criatura racional sobre a Terra?
1. Explique a seguinte expressão: a insociável sociabilidade.
1. Disserte sobre o papel e a finalidade da educação em Kant?
1. O que é a educação moral para Kant?
1. O que é, para Kant, uma humanidade esclarecida?

II – Sugestão de atividades complementares:

Assista ao filme Entre os Muros da Escola (“Entre les Murs”), de Laurent Cantet e relacione-o com a questão da disciplina como proposta por Kant.